

**ITAPAGÉ S/A – CELULOSE, PAPÉIS E ARTEFATOS – EM
RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023**



ITAPAGÉ S/A - CELULOSE, PAPÉIS E ARTEFATOS - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Balanços Patrimoniais

Em 31 de Dezembro de 2024 e 2023

(Em Reais)

	Nota	2024	2023		Nota	2024	2023
			(Reapresentado)				(Reapresentado)
Ativo				Passivo			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	1.243	-	Fornecedores		9.637	1.319.099
Contas a receber de clientes	7	-	13.864.623	Obrigações sociais e trabalhistas		31.311	1.811.939
Estoques		260.256	3.439.014	Obrigações fiscais	10	43.037.673	1.932.226
Impostos a recuperar		411	8.955	Adiantamentos de clientes		-	50.000
Adiantamentos		108.706	1.181.881	Outras contas a pagar		-	584.185
Outras contas a receber		5.000	822.277			43.078.621	5.697.449
		375.616	19.316.750				
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Obrigações fiscais	10	44.982.827	-
Contas a receber de clientes	7	6.312.467	-	Parcelamentos tributários		-	119.670.849
Depósitos judiciais		738	349.992	Passivos em recuperação judicial	11	1.707.811	1.542.952
Partes relacionadas	16	260.978.795	314.012.164	Partes relacionadas	16	494.469.825	489.351.358
Outras contas a receber		1.324.616	1.341.188	Provisão para contingências	12	699.751	-
Investimentos	8	129.153.646	129.153.646			541.860.214	610.565.159
Imobilizado	9	171.332.739	171.848.727	Passivo a descoberto / Patrimônio líquido	13		
		569.103.001	616.705.717	Capital social		237.420.608	237.420.608
				Prejuízos acumulados		(252.880.826)	(217.660.749)
						(15.460.218)	19.759.859
Total do Ativo		569.478.617	636.022.467	Total do Passivo e do Passivo a descoberto / Patrimônio líquido		569.478.617	636.022.467

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



ITAPAGÉ S/A - CELULOSE, PAPÉIS E ARTEFATOS - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Demonstrações de Resultados

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023

(Em Reais)

	<u>Nota</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	14	(3.929.409)	(518.066)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		<u>165.449</u>	<u>-</u>
		(3.763.960)	(518.066)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		<u>(3.763.960)</u>	<u>(518.066)</u>
Receitas (despesas) financeiras			
Receitas financeiras	15	247.996.583	-
Despesas financeiras	15	<u>(5.349.711)</u>	<u>(5.588)</u>
	15	242.646.872	(5.588)
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício		<u>238.882.912</u>	<u>(523.654)</u>
Número de ações ao final do exercício	13(a)	<u>423.270</u>	<u>423.270</u>
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício por ação		<u>564,37</u>	<u>(1,24)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



ITAPAGÉ S/A - CELULOSE, PAPÉIS E ARTEFATOS - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Demonstrações das Mutações do Passivo a Descoberto / Patrimônio Líquido

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023

(Em Reais)

	<u>Nota</u>	<u>Capital social</u>	<u>Ajuste de avaliação patrimonial</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2023 (Originais)		237.420.608	318.523.025	(117.248.890)	438.694.743
Ajustes de exercícios anteriores	2.2	-	-	(98.246.922)	(98.246.922)
Saldos em 1º de janeiro de 2023 (Reapresentados)		237.420.608	318.523.025	(215.495.812)	340.447.821
Ajustes de exercícios anteriores	13(c)	-	-	(1.641.283)	(1.641.283)
Baixa de ajuste de avaliação patrimonial	13(d)	-	(318.523.025)	-	(318.523.025)
Prejuízo do exercício		-	-	(523.654)	(523.654)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		237.420.608	-	(217.660.749)	19.759.859
Ajustes de exercícios anteriores	13(c)	-	-	(338.725.012)	(338.725.012)
Compensação de prejuízos fiscais e base de calculo negativa de CSLL	10(ii)	-	-	64.622.023	64.622.023
Lucro líquido do exercício		-	-	238.882.912	238.882.912
Saldos em 31 de dezembro de 2024		<u>237.420.608</u>	<u>-</u>	<u>(252.880.826)</u>	<u>(15.460.218)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



ITAPAGÉ S/A - CELULOSE, PAPÉIS E ARTEFATOS - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Indireto

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023

(Em Reais)

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício	238.882.912	(523.654)
Ajustes por:		
Depreciação do imobilizado	515.988	472.989
Provisão para contingências	699.751	-
Ajustes de exercícios anteriores	(338.725.012)	(1.641.283)
Compensação de prejuízos fiscais e base de calculo negativa de CSLL	64.622.023	-
Prejuízo do exercício - ajustado	<u>(34.004.338)</u>	<u>(1.691.948)</u>
Variações das atividades operacionais		
Contas a receber de clientes	7.552.156	407.687
Estoques	3.178.758	-
Impostos a recuperar	8.544	-
Adiantamentos	1.073.175	(254.398)
Outras contas a receber	833.849	515.707
Depósitos judiciais	349.254	(276)
Fornecedores	(1.309.462)	43.273
Obrigações sociais e trabalhistas	(1.780.628)	(1.716.851)
Obrigações fiscais	86.088.274	1.648.838
Adiantamentos de clientes	(50.000)	-
Outras contas a pagar	(584.185)	(887.649)
Parcelamentos tributários	(119.670.849)	-
Passivos em recuperação judicial	164.859	1.542.952
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	<u>(58.150.593)</u>	<u>(392.665)</u>
Atividades de financiamentos		
Partes relacionadas	58.151.836	392.548
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamentos	<u>58.151.836</u>	<u>392.548</u>
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	<u>1.243</u>	<u>(117)</u>
Varição no saldo de caixa e equivalentes de caixa		
Saldos iniciais de caixa e equivalentes de caixa	-	117
Saldos finais de caixa e equivalentes de caixa	<u>1.243</u>	<u>-</u>
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	<u>1.243</u>	<u>(117)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



ITAPAGÉ S/A – CELULOSE, PAPÉIS E ARTEFATOS – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023

(Em Reais)

1. Informações gerais

(a) Atividades operacionais

A **Itapagé S/A – Celulose, Papéis e Artefatos – Em Recuperação Judicial** (“**Companhia**”), que faz parte do “**Grupo João Santos – GJS**”, é uma sociedade anônima de capital fechado e que tem como objeto social: a) fabricação de papel; b) criação de caprinos e de bovinos para corte; c) produção de produtos não-madeireiros não especificados anteriormente em florestas plantadas; d) cultivo de eucalipto; e) extração de calcário e dolomita e beneficiamento associado; f) extração de areia, cascalho ou pedregulho e beneficiamento associado; g) extração e britamento de pedras e outros materiais para construção e beneficiamento associado; h) extração de argila e beneficiamento associado; i) extração de saibro e beneficiamento associado; j) holdings de instituições não-financeiras; e, k) praticar quaisquer atos e operações correlatas ou decorrentes dos objetos referidos nas alíneas anteriores. A Companhia possui sede na Vila Pimenteiras, s/nº, no município de Coelho Neto, no Estado do Maranhão.

A Diretoria da Companhia autorizou a conclusão e a apresentação dessas demonstrações financeiras em 27 de junho de 2025.

(b) Reestruturação

Após a Assembleia Geral Ordinária – AGO ocorrida em 15 dezembro de 2022, foi determinada a destituição da antiga Diretoria e a subsequente eleição de novos administradores.

Em 21 de dezembro de 2022, foi ajuizado o pedido de Recuperação Judicial da **Itapagé S/A – Celulose, Papéis e Artefatos S/A**, que foi deferido em 23 de dezembro do mesmo ano, em conjunto com as demais empresas do **Grupo João Santos** (consolidação processual), nos termos da Lei nº 11.101/2005 (“Lei das Falências”), por meio do processo nº 0169521-37.2022.8.17.2001. Foram apontadas como principais razões do pedido: o alto grau de endividamento decorrente das garantias manifestamente excessivas e onerosas constantes dos contratos firmados com os seus credores, tendo estes ajuizado várias ações judiciais individuais, requerendo a penhora de seus ativos.

Os saldos reclamados por terceiros, divulgados na segunda lista de credores, em maio de 2023 e atualizada em setembro de 2024, está representada na Nota Explicativa nº 11.

Ao longo de 2024, houve o aperfeiçoamento da campanha de mediação com os diversos credores das Classes I, III e IV – recursos esses provenientes da reintegração de depósitos recursais, bem como, em 5 de novembro do mesmo ano, ocorreu a aprovação do Plano de Recuperação Judicial pela maioria dos credores. A homologação e decisão judicial do referido plano e a efetiva concessão da recuperação judicial do **Grupo João Santos** ocorreu no dia 7 de fevereiro de 2025, já tendo havido o início dos pagamentos dos credores desde então.

O objetivo da nova administração é conduzir a reestruturação operacional e financeira do Grupo. Logo, as demonstrações financeiras ora apresentadas pressupõem a continuidade das suas operações.



.2.

ITAPAGÉ S/A – CELULOSE, PAPÉIS E ARTEFATOS – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023

(Em Reais)

(c) Desempenho operacional

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a **Itapagé S/A – Celulose, Papéis e Artefatos – Em Recuperação Judicial** apresentou insuficiência de capital de giro de R\$42.703.005, prejuízos acumulados de R\$252.880.826 (R\$217.660.749 até 31 de dezembro de 2023) e passivo a descoberto de R\$15.460.218. A Administração da Companhia está envidando esforços no sentido de equacionar as operações de modo a reverter a situação a médio prazo, por meio de ações internas e o pedido de recuperação judicial, citado na Nota Explicativa 1(b). Por estes motivos, não foi efetuado nenhum ajuste relativo à recuperação e classificação dos ativos ou aos valores e à classificação dos passivos, que poderia ser necessário em função dos fatos citados.

2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota Explicativa nº 3.

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as políticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Todos os valores apresentados nas Demonstrações Financeiras, incluindo os valores inseridos nas notas explicativas, estão expressos em Reais, exceto aqueles eventualmente indicados de outra forma.

Não houve outros elementos componentes de resultados abrangentes, além do resultado do exercício apresentado, razão pela qual a demonstração do resultado abrangente não está sendo apresentada.

**ITAPAGÉ S/A – CELULOSE, PAPÉIS E ARTEFATOS – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL****Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras****Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023****(Em Reais)****2.2. Mudança nas políticas contábeis e reapresentação de cifras comparativas**

A Companhia decidiu contabilizar os investimentos, a partir de 1º de janeiro de 2024, pelo método de custo, o que significa que os mesmos serão registrados e mantidos no balanço pelo seu custo de aquisição, a menos que ocorra uma perda de valor significativa. Esta mudança foi motivada pelo entendimento de que a Companhia não possui influência significativa sobre suas investidas. A Companhia aplicou a nova política retroativamente, ajustando os saldos das contas de investimentos dos exercícios anteriores. Os efeitos da mudança estão apresentados nas demonstrações financeiras comparativas conforme demonstrado a seguir.

	<u>2023</u> Original	<u>Ajustes</u>	<u>2023</u> Reapresentado
Ativo			
Não Circulante			
Investimentos	<u>227.400.568</u>	<u>(98.246.922)</u>	<u>129.153.646</u>
Passivo a descoberto			
Prejuízos acumulados	<u>(119.413.827)</u>	<u>(98.246.922)</u>	<u>(217.660.749)</u>

2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em depósitos bancários com risco insignificante de mudança de valor.

2.4. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores decorrentes da venda de mercadorias no curso normal das atividades da Companhia. Conforme o Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, as contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor nominal faturado e, subsequentemente, deduzidas das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (“PECLD” ou *impairment*), quando necessário.

A provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (“PECLD”) é constituída com base em análise individual dos valores a receber, considerando: (i) o conceito de perda incorrida e perda esperada, levando em conta eventos de inadimplência que tem probabilidade de ocorrência nos doze meses após a data de divulgação das referidas demonstrações financeiras; (ii) instrumentos financeiros que tiveram aumento significativo no risco de crédito, mas não apresentam evidência objetiva de *impairment*; e, (iii) ativos financeiros que já apresentam evidência objetiva de *impairment* na data-base.



ITAPAGÉ S/A – CELULOSE, PAPÉIS E ARTEFATOS – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023

(Em Reais)

2.5. Estoques

São mensurados ao menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O método de avaliação dos estoques é baseado no custo médio de aquisição ou produção e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação.

O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal, excluindo os custos de empréstimos. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

Em caso de perda por desvalorização (*impairment*), esta é imediatamente reconhecida no resultado.

2.6. Investimentos

Consistem, em sua maioria, em quotas e/ou ações de sociedades e estão avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para desvalorização e/ou perdas, quando necessário.

2.7. Imobilizado

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos o valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

2.8. Fornecedores

As contas a pagar são obrigações por bens ou serviços adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificados no passivo circulante, se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, são apresentadas no passivo não circulante.

As contas a pagar aos fornecedores são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva, sempre que houver necessidade.



ITAPAGÉ S/A – CELULOSE, PAPÉIS E ARTEFATOS – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023

(Em Reais)

2.9. Provisão para contingências

As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

2.10. Reconhecimento da receita

As receitas de contratos com clientes são reconhecidas à medida em que ocorre a transferência de controle dos produtos aos clientes, representada pela capacidade de determinar o uso dos produtos e de obter substancialmente a totalidade dos benefícios restantes provenientes dos produtos ou, ainda, quando critérios específicos tiverem sido atendidos na prestação de serviços.

Para isso, a Companhia utiliza o modelo de 5 etapas: (i) identificação dos contratos com os clientes (ii) identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos (iii) determinação do preço da transação (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho previstas nos contratos e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida.

O momento correto da transferência de riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do contrato de venda.

(a) Venda de produtos

A receita operacional da venda é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia. A receita é reconhecida quando o valor dela pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia.

(b) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido. Abrange todas as receitas de juros sobre ativos financeiros e ganhos nos instrumentos financeiros, além de juros, variações cambiais e monetárias sobre outros ativos. As receitas de juros são reconhecidas no resultado por meio do método dos juros efetivos.

2.11. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os tributos corrente e diferido. Os tributos são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, caso aplicável.



ITAPAGÉ S/A – CELULOSE, PAPÉIS E ARTEFATOS – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023

(Em Reais)

Os encargos de imposto de renda e contribuição social corrente são calculados com base nas leis tributárias promulgadas. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo tributo diferido ativo for realizado ou quando o tributo diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

2.12. Ativos e passivo financeiros

Ativos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber de clientes são reconhecidas inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (valor juros por meio do resultado), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

Um ativo financeiro poderá ser classificado como: mensurado ao custo amortizado; ao VJORA (instrumento de dívida); ao VJORA (valor justo por meio de outros resultados abrangentes); instrumento patrimonial; ou ao VJR.



ITAPAGÉ S/A – CELULOSE, PAPÉIS E ARTEFATOS – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023

(Em Reais)

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados (por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos); e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.



ITAPAGÉ S/A – CELULOSE, PAPÉIS E ARTEFATOS – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023

(Em Reais)

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais, de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente (o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato). Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros – Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.



ITAPAGÉ S/A – CELULOSE, PAPÉIS E ARTEFATOS – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023

(Em Reais)

Passivos financeiros

Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros podem ser reportados pelo seu valor líquido no balanço patrimonial unicamente quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. As demonstrações financeiras apresentadas não contêm nenhuma compensação de instrumentos financeiros.



ITAPAGÉ S/A – CELULOSE, PAPÉIS E ARTEFATOS – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023

(Em Reais)

2.13. Redução ao valor recuperável de ativos (*Impairment*)

Ativos financeiros não-derivativos

O Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, exige que a Companhia registre as perdas de crédito esperadas em todos os seus títulos de dívida, empréstimos e contas a receber de clientes, com base em 12 meses ou por toda a vida.

Na avaliação do modelo de perdas em crédito esperadas, a Companhia levou em consideração seu procedimento atual de provisão para perdas em créditos de liquidação duvidosa, estimativas futuras de perdas e indicadores de crescimento aplicáveis à área da atuação da Companhia.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável. Uma perda só existe se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperação como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo (“um evento de perda” ocorrido) e tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou do grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado. Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as outras partes estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. A probabilidade de que elas irão entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira, default ou atraso de pagamento pode ser indicada por uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionados com defaults.

Em relação aos seus ativos financeiros, a Companhia avalia individualmente se existe evidência clara de perda por redução ao valor recuperável de cada ativo financeiro que seja significativa.

O valor de qualquer perda por redução ao valor recuperável é mensurado como a diferença entre o valor do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de crédito futuras esperadas ainda não ocorridas). O valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados é descontado pela taxa de juros efetiva original para o ativo financeiro.

O valor contábil do ativo é reduzido por meio de uma provisão, e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado. Se, em um exercício subsequente, o valor da perda estimada de valor recuperável aumentar ou diminuir devido a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, a perda anteriormente reconhecida é aumentada ou reduzida ajustando-se a provisão. Em caso de eventual recuperação futura de um valor baixado, essa recuperação é reconhecida na demonstração do resultado.



ITAPAGÉ S/A – CELULOSE, PAPÉIS E ARTEFATOS – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023

(Em Reais)

Ativos não financeiros

Em cada data de reporte, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.

3. Estimativas e julgamentos contábeis

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

(a) Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa

A Companhia efetua estudos para avaliar o registro de eventual provisão para fazer face a perdas na realização das contas a receber de clientes, considerando os riscos envolvidos e registra quando a administração identifica evidência objetiva de perda.



ITAPAGÉ S/A – CELULOSE, PAPÉIS E ARTEFATOS – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023

(Em Reais)

(b) Recuperabilidade (Impairment) estimativa de ativos de vida longa

Existem regras específicas para avaliar a recuperabilidade dos ativos de vida longa, especialmente o ativo imobilizado. Na data de cada demonstração financeira, a Companhia realiza uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de vida longa não será recuperável. Se tal evidência é identificada, o montante recuperável dos ativos é estimado pela Companhia.

O montante recuperável de um ativo é determinado pelo maior entre: a) seu valor justo menos custos estimados de venda; b) seu valor em uso. O valor em uso é mensurado com base nos fluxos de caixa descontados (antes de juros e impostos) derivados pelo contínuo uso de um ativo até o fim de sua vida útil, método utilizado pela Companhia.

Quando o valor residual de um ativo exceder seu montante recuperável, a Companhia reconhece uma redução no saldo do grupo destes ativos.

(c) Provisão para contingências

A Companhia discute questões cíveis e tributárias nas esferas administrativas e judiciais dentro do curso normal de seus negócios e uma provisão para desembolsos futuros é constituída a partir de análise da Administração, em conjunto com seus assessores jurídicos. Alterações em tendências de decisões ou jurisprudências em tribunais poderão alterar as estimativas ligadas a provisões para causas judiciais.

4. Gestão de risco financeiro

4.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a alguns riscos financeiros: risco de câmbio e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no seu desempenho financeiro.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não celebrou contratos que possam ser considerados como instrumentos derivativos especulativos.

A gestão de risco é realizada pelo setor financeiro da Companhia, segundo as políticas aprovadas pela Diretoria. O setor financeiro identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros. A Diretoria estabelece princípios, por escrito, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas.



ITAPAGÉ S/A – CELULOSE, PAPÉIS E ARTEFATOS – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023

(Em Reais)

(a) Risco de mercado

A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

(b) Risco de liquidez

É o risco da Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e os pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente.

4.2. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para redução de custos.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de distribuição de lucros, devolver capital aos acionistas ou, ainda, vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.



ITAPAGÉ S/A – CELULOSE, PAPÉIS E ARTEFATOS – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023

(Em Reais)

5. Instrumentos financeiros por categoria

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Ativos conforme Balanço Patrimonial		
Caixa e equivalentes de caixa	1.243	-
Contas a receber de clientes	6.312.467	13.864.623
Adiantamentos	108.706	1.181.881
Outras contas a receber	1.329.616	2.163.465
Partes relacionadas	<u>260.978.795</u>	<u>314.012.164</u>
	<u>268.730.827</u>	<u>331.222.133</u>
Passivos conforme Balanço Patrimonial		
Fornecedores	9.637	1.319.099
Adiantamentos de clientes	-	50.000
Outras contas a pagar	-	584.185
Passivos em recuperação judicial	1.707.811	1.542.952
Partes relacionadas	<u>494.469.825</u>	<u>489.351.358</u>
	<u>496.187.273</u>	<u>492.847.594</u>

6. Caixa e equivalentes de caixa

Refere-se a saldo em banco conta movimento.

7. Contas a receber de clientes

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Contas a receber - terceiros	41.367	9.689.819
Contas a receber - partes relacionadas	<u>6.312.467</u>	<u>4.174.804</u>
	6.353.834	13.864.623
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	<u>(41.367)</u>	-
	<u>6.312.467</u>	<u>13.864.623</u>
Circulante	-	13.864.623
Não circulante	6.312.467	-

Em 2024, o saldo total de notas fiscais a receber (terceiros e coligadas) possui apenas títulos vencidos acima de 180 dias



ITAPAGÉ S/A – CELULOSE, PAPÉIS E ARTEFATOS – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023

(Em Reais)

8. Investimentos

	% de participação	2024	2023
Capital em outras empresas			
Celulose e Papel de Pernambuco S/A – CEPASA	60,7000%	128.300.928	128.300.928
Itabira Agro Industrial S/A (*)	11,0000%	466.989	466.989
Itagarana S/A (*)	53,0000%	307.124	307.124
Itaguassu Agro Industrial S/A (*)	2,6800%	3.216.153	3.216.153
Itapissuma S/A (*)	3,6600%	6.379.327	6.379.327
		<u>138.670.521</u>	<u>138.670.521</u>
Outros investimentos	-	852.718	852.718
		<u>139.523.239</u>	<u>139.523.239</u>
Perdas estimadas sobre investimentos (*)		<u>(10.369.593)</u>	<u>(10.369.593)</u>
		<u>129.153.646</u>	<u>129.153.646</u>

(*) As perdas estimadas foram constituídas sobre os investimentos em empresas que possuem passivo a descoberto em 31 de dezembro de 2024.



ITAPAGÉ S/A – CELULOSE, PAPÉIS E ARTEFATOS – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023

(Em Reais)

9. Imobilizado

	Imóveis	Edifícios e construções	Máquinas, aparelhos e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Jazidas	Outras imobilizações	Total
Taxas anuais de depreciação / amortização / exaustão	4%	4%	10%	10%	20%	1%		
Em 31 de dezembro de 2023								
Saldo inicial	50.998.020	240.550.534	183.555.227	2.527.052	1.335.708	40.148	11.838.051	490.844.740
Reversão de ajuste de avaliação patrimonial	(50.898.020)	(70.911.301)	(182.169.407)	(1.447.482)	(1.258.763)	-	(11.838.051)	(318.523.024)
Depreciação, amortização e exaustão	-	(472.989)	-	-	-	-	-	(472.989)
Saldo contábil, líquido	<u>100.000</u>	<u>169.166.244</u>	<u>1.385.820</u>	<u>1.079.570</u>	<u>76.945</u>	<u>40.148</u>	<u>-</u>	<u>171.848.727</u>
Custo	100.000	198.682.587	1.474.575	1.332.249	203.602	40.148	-	201.833.161
Depreciação / amortização / exaustão acumulada	-	(29.516.343)	(88.755)	(252.679)	(126.657)	-	-	(29.984.434)
Saldo contábil, líquido	<u>100.000</u>	<u>169.166.244</u>	<u>1.385.820</u>	<u>1.079.570</u>	<u>76.945</u>	<u>40.148</u>	<u>-</u>	<u>171.848.727</u>
Em 31 de dezembro de 2024								
Saldo inicial	100.000	169.166.244	1.385.820	1.079.570	76.945	40.148	-	171.848.727
Depreciação, amortização e exaustão	-	(515.988)	-	-	-	-	-	(515.988)
Saldo contábil, líquido	<u>100.000</u>	<u>168.650.256</u>	<u>1.385.820</u>	<u>1.079.570</u>	<u>76.945</u>	<u>40.148</u>	<u>-</u>	<u>171.332.739</u>
Custo	100.000	198.682.587	1.474.575	1.332.249	203.602	40.148	-	201.833.161
Depreciação / amortização / exaustão acumulada	-	(30.032.331)	(88.755)	(252.679)	(126.657)	-	-	(30.500.422)
Saldo contábil, líquido	<u>100.000</u>	<u>168.650.256</u>	<u>1.385.820</u>	<u>1.079.570</u>	<u>76.945</u>	<u>40.148</u>	<u>-</u>	<u>171.332.739</u>



ITAPAGÉ S/A – CELULOSE, PAPÉIS E ARTEFATOS – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023

(Em Reais)

10. Obrigações fiscais

	2024	2023
ICMS a recolher (i)	42.980.644	-
Transação PGFN (ii)	44.982.827	-
Outras obrigações fiscais (iii)	57.029	1.932.226
	<u>88.020.500</u>	<u>1.932.226</u>
Circulante	43.037.673	1.932.226
Não circulante	44.982.827	-

- (i) Referem-se, basicamente, a débitos de ICMS gerados entre 2005 e 2021, os quais encontram-se em negociação junto a secretarias estaduais.
- (ii) O **Grupo João Santos**, do qual a **Itapagé S/A Celulose, Papéis e Artefatos – Em Recuperação Judicial** faz parte, firmou acordo, em agosto de 2023, de Transação Tributária junto a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (“PGFN”), com o fito de regularizar as dívidas fiscais existentes e inscritas em dívida ativa até dezembro de 2022, em nome das suas quarenta e uma empresas, no montante aproximado de R\$10,7 bilhões. Após meses de negociação e definições sobre o grau de recuperabilidade da dívida, a PGFN e o **Grupo João Santos** chegaram a termos da transação que resultaram na redução de aproximadamente 86% do valor inscrito em dívida ativa, sendo 64% referentes a descontos de multa e juros e 22% referentes a utilização de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro. No caso da **Itapagé S/A Celulose, Papéis e Artefatos – Em Recuperação Judicial** os montantes envolvidos montaram a R\$247.996.583 e R\$64.622.023, respectivamente.

A efetivação do pagamento inicial de R\$230.000.000 para consolidação da transação foi realizada nos dias 31 de janeiro e 29 de fevereiro de 2024, nos valores de R\$ R\$150.000.000 e R\$80.000.000, respectivamente, obedecendo todas as cláusulas vigentes para celebração do referido acordo, de forma que foram refletidos os impactos de descontos e compensação de prejuízos fiscais no exercício de 2024. O prazo para quitação do referido acordo é até agosto de 2026.

Os recursos para os referidos pagamentos foram obtidos por meio de financiamento, na modalidade *debtor-in-possession* (“Financiamento DIP”), junto a ARC Crédito III Fundo de Investimento em Direitos Creditórios. A operação envolveu o oferecimento de garantias reais sobre bens imóveis e ativos minerários, cujas constituições obedeceram aos ritos previstos nos estatutos/contratos sociais de cada Companhia/Empresa integrante do **Grupo João Santos**.



ITAPAGÉ S/A – CELULOSE, PAPÉIS E ARTEFATOS – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023

(Em Reais)

- (iii) Em 2023, referem-se a outros impostos e contribuições do âmbito federal, que foram conciliados em 2024 e, em sua grande maioria, foram transferidos para a rubrica “Transação PGFN”. Em 2024, refere-se a taxas de licença para localização e funcionamento, fiscalização de estabelecimento e funcionamento, entre outros.

11. Passivos em recuperação judicial

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Fornecedores	1.521.560	1.474.788
Instituições financeiras	151	151
Credores trabalhistas	<u>186.100</u>	<u>68.013</u>
	<u>1.707.811</u>	<u>1.542.952</u>

Referem-se aos valores apresentados na segunda lista de credores, divulgada em maio de 2023 e atualizada em setembro de 2024, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1(b).

12. Provisão para contingências

(a) Perdas prováveis, provisionadas no balanço

A Companhia é parte envolvida em processos de naturezas cível e tributária e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicável, são amparadas por depósitos judiciais. A Companhia estima os seguintes desembolsos prováveis de caixa:

	<u>2024</u>
Cível	68.435
Tributária	<u>631.316</u>
	<u>699.751</u>

(b) Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía ações de natureza cível envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, no montante de R\$187.353.



ITAPAGÉ S/A – CELULOSE, PAPÉIS E ARTEFATOS – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023

(Em Reais)

(c) Processos transitados em julgado – Decisão STF

No dia 8 de fevereiro de 2023, por unanimidade, o Supremo Tribunal Federal (STF) considerou que uma decisão definitiva transitada em julgado, sobre a constitucionalidade de tributos recolhidos de forma continuada (relação tributária de trato sucessivo), perde seus efeitos automaticamente caso o Supremo Tribunal Federal (STF) se pronuncie, posteriormente, em sentido contrário. Isso significa, na prática, que decisões proferidas em ação direta (ADI ou ADC) ou em sede de recurso extraordinário com repercussão geral interrompem os efeitos das decisões anteriores, no contexto de relações tributárias de trato sucessivo, mesmo que já transitadas em julgado. A decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) determinou que, nos casos em que uma coisa julgada seja desconstituída e o respectivo tributo seja considerado devido, devem ser respeitadas a irretroatividade, a anterioridade anual e a noventena ou a anterioridade nonagesimal, conforme a natureza do tributo (Decisão Relativização Coisa Julgada).

A administração da Companhia efetuou um inventário dos processos tributários transitados em julgado para os quais utiliza o benefício de repercussão geral e não identificou situações existentes e que podem ser impactadas pela decisão do Supremo Tribunal Federal (STF).

13. Passivo a descoberto / Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o capital social da Companhia é de R\$237.420.608, dividido em 423.270 ações, todas nominativas, no valor nominal de R\$560,92 cada uma, sendo 155.732 ações ordinárias ou comuns, 1.076 ações preferenciais, nominativas, especiais, resgatáveis, classe “A”, 10.138 ações preferenciais, nominativas, resgatáveis, classe “C” e 256.324 ações preferenciais, nominativas, resgatáveis, classe “D”.

Acionista	2024 e 2023	
	Participação (%)	Valor (R\$)
Cimentos do Brasil S/A - CIBRASA	28,18%	66.905.127
Itautinga Agro Industrial S/A	24,14%	57.313.335
Nassau Administração e Participações Ltda.	12,27%	29.131.509
AGRIMEX - Agro Industrial Mercantil Excelsior S/A	10,79%	25.617.684
Itajubara S/A - Açúcar e Álcool	9,04%	21.462.823
Itapicuru Agro Industrial S/A	7,71%	18.305.129
Itaipava S/A	3,47%	8.238.495
Nassau Corretora de Seguros Ltda.	4,40%	10.446.506
	<u>100,00%</u>	<u>237.420.608</u>



ITAPAGÉ S/A – CELULOSE, PAPÉIS E ARTEFATOS – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023

(Em Reais)

(b) Destinação do lucro do exercício

O lucro líquido da Companhia terá a seguinte destinação, conforme estatuto:

- 5% (cinco por cento) para constituição de reserva legal, até que atinja 20% (vinte por cento) do capital social;
- Provisão para importância necessária para as despesas do exercício seguinte e para a manutenção da sociedade;
- O saldo remanescente será objeto de deliberação da Assembleia Geral.

(c) Ajustes de exercícios anteriores

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Regularização de saldos patrimoniais, líquido	(338.549.529)	-
Ajustes do saldo de passivos em recuperação judicial	<u>(175.483)</u>	<u>(1.641.283)</u>
	<u>(338.725.012)</u>	<u>(1.641.283)</u>

(d) Ajuste de avaliação patrimonial

O reconhecimento dos ajustes de avaliação patrimonial efetuados pelas empresas do **Grupo João Santos**, no período de 2013 a 2018, não obedeceram a todos os critérios estabelecidos pelas normas contábeis vigentes, especialmente os Pronunciamentos Técnicos CPC 13 – Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08 e CPC 37 – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade e a Interpretação Técnica ICPC 10 – Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43, para devido reconhecimento. Desta forma, a fim de obedecer às normas vigentes, em 2023 foram revertidos os valores anteriormente registrados.



.21.

ITAPAGÉ S/A – CELULOSE, PAPÉIS E ARTEFATOS – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023

(Em Reais)

14. Despesas gerais e administrativas

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Depreciação	(515.988)	(472.989)
Provisão para contingências	(699.751)	-
Perdas com estoques	(2.524.266)	-
Energia elétrica	(86.933)	(21.621)
Custas processuais	(56.495)	(1.744)
Outras despesas	(45.976)	(21.712)
	<u>(3.929.409)</u>	<u>(518.066)</u>

15. Resultado financeiro

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Receitas financeiras		
Descontos obtidos na transação PGFN (i)	247.996.583	-
	<u>247.996.583</u>	<u>-</u>
Despesas financeiras		
Juros e multa sobre tributos	(5.349.711)	(1.867)
Juros e multa de mora	-	(3.721)
	<u>(5.349.711)</u>	<u>(5.588)</u>
	<u>242.646.872</u>	<u>(5.588)</u>

Referem-se aos efeitos do desconto de multas e juros, decorrentes da transação efetuada junto a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, conforme descrito na Nota Explicativa nº 10(ii).



.22.

ITAPAGÉ S/A – CELULOSE, PAPÉIS E ARTEFATOS – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023

(Em Reais)

16. Partes relacionadas

	<u>2024</u>
Ativo circulante	
<u>Contas a receber de clientes (*)</u>	
Celulose e Papel de Pernambuco S/A – CEPASA	6.113.869
Companhia Agro Industrial de Goiana	58.735
Itajubara S/A Açúcar e Álcool	78.674
Itapicuru Agro Industrial S/A	36.942
Outros	24.247
	<u>6.312.467</u>

(*) Os saldos comparativos do exercício de 2023 não foram informados em função da Companhia não possuir essa informação para a referida data-base.



ITAPAGÉ S/A – CELULOSE, PAPÉIS E ARTEFATOS – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023

(Em Reais)

	Ativo não circulante		Passivo não circulante	
	2024	2023	2024	2023
Mútuos (**)				
Agrimex – Agroindustrial Mercantil Excelsior S/A	75.744.839	75.632.980	53.434	17.910
CBE – Companhia Brasileira de Equipamento	-	-	72.619.514	71.786.968
Celulose e Papel de Pernambuco S/A – CEPASA	-	3.213.935	-	-
Cimentos do Brasil S/A – CIBRASA	-	-	20.781.483	20.781.483
Companhia Agro Industrial de Goiana	-	-	36.823.446	36.823.446
Indústria de Sacos de Papel S/A	-	-	3.963.340	4.463.843
Itaberaba Agropecuária Ltda.	5.840.258	5.967.635	35.558.295	35.206.377
Itabira Agro Industrial S/A	-	-	69.901.944	69.901.944
Itaguassu Agro Industrial S/A	4.171.458	4.171.458	-	-
Itaimbe Agropecuária Ltda.	-	-	11.656.432	11.656.432
Itaipava S/A	-	-	264.175	119.205.890
Itajubara S/A Açúcar e Álcool	7.885.936	7.843.411	31.623	12.399
Itamaracá S/A	-	-	12.900.572	12.900.572
Itaocara Agropecuária Ltda.	1.849.215	1.946.016	-	-
Itapessoca Agro Industrial S/A	107.537.791	126.218.811	-	-
Itapetinga Agro Industrial S/A	-	-	38.758.233	37.422.646
Itapicuru Agro Industrial S/A	57.942.694	77.014.618	54.687	19
Itapissuma S/A	-	7.652.923	118.748.050	-
Itapuama Agroindustrial e Serviços Ltda.	-	-	13.053.230	12.920.130
Itapuí Barbalhanse Indústria de Cimentos S/A	-	-	23.605.845	23.356.683
Itauna Agro Pecuária e Mecanização Ltda.	-	4.236.290	-	1.982
Itautinga Agro Industrial S/A	-	-	28.700.953	27.613.058
Outros	6.604	114.087	6.994.569	5.279.576
	<u>260.978.795</u>	<u>314.012.164</u>	<u>494.469.825</u>	<u>489.351.358</u>

(**) Refere-se a operações entre partes relacionadas cujos prazos de vencimento são indeterminados e não há atualização monetária nem incidência de juros sobre as referidas transações.



.24.

ITAPAGÉ S/A – CELULOSE, PAPÉIS E ARTEFATOS – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023

(Em Reais)

17. Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia não possuía apólices de seguros contratados para cobrir eventuais perdas com sinistros de ativos ou operacionais.

18. Evento subsequente

Homologação do Plano de Recuperação Judicial

Em 7 de fevereiro de 2025 foi homologado o plano de recuperação judicial do **Grupo João Santos**, conforme citado na Nota Explicativa nº 1(b).

Até abril de 2025, o **Grupo João Santos** liquidou os montantes de R\$12.886.889 e R\$3.357.572, referentes à classe trabalhista (1.734 credores) e classes III e IV, respectivamente.

* * *

